

*Gilberto Vieira, Presidente da Associação Turismo Rural*

# “Não faz sentido uma taxa turística agora; era andarmos em contramão num mercado concorrencial”

Gilberto Vieira, Presidente da Associação Casas Açorianas (Turismo Rural), mostra-se otimista para este ano turístico.

“Há, de facto, sinais positivos nesse sentido. As perspetivas parecem boas, com base em consultas e reservas, mas novas nuvens surgem no horizonte, a juntar à devastadora pandemia da Covid-19”.

O empresário terceirense, que também é proprietário da unidade de turismo rural Quinta do martelo, uma das mais premiadas do país, explica que a pandemia “causou uma retração global sem precedentes recentes na opção de viajar, fosse para onde fosse, e essa preocupação mantém-se”, acrescentando que há novos fatores, “essencialmente a guerra provocada pela invasão da Rússia à Ucrânia, que, para lá da tragédia mais ou menos localizada, implica aumentos de custo de vida a nível mundial e, logo, menos disponibilidade financeira para férias ou outras deslocações”.

Apesar de tudo, manifesta alguma esperança: “Como costume citar, ‘até ao lavar dos cestos é vindima’ e a atividade turística está cada vez mais inconstante, vulnerável e em mutação acelerada, por estas e outras razões. No meio disto tudo, a nossa convicção é de que o turismo rural e de natureza continua a ser o principal baluarte da afirmação do destino Açores e, como tal, deve ser reconhecido e acarinhado”.

## POTRAA vai tornar-se a “bíblia” para os investimentos

Gilberto Vieira, um dos empresários de turismo que melhor conhece o sector na região, diz que “é essencial que se olhe para todas as ilhas do arquipélago, encontrando formas de promover o manancial de interesse que todas e cada uma, por si, ostentam”.

Neste sentido, faz uma apreciação ao POTRAA: “Gostaria de começar por dizer que o Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA), que conhecemos recentemente, é um documento extenso e muito técnico, que merece da parte das Casas Açorianas uma leitura mais detalhada e estudada. O POTRAA vai tornar-se uma “bíblia” para os investimentos que venham a fazer-se nos Açores, traçando as normas para a implementação de um alojamento turístico na perspectiva de tornar o destino sustentável. Isso



parece-me muito positivo, mas algumas das restrições impostas, quando levadas com demasiado rigor por quem vai ter a função de fiscalizar a implementação do investimento no terreno, poderão ser uma “dor de cabeça” para o empreendedor, pelo que a regulamentação deste decreto terá de ser feita muito criteriosamente”.

Uma das situações que pode vir a ser complicada no futuro, no que diz respeito a alojamentos como os dos associados das Casas Açorianas, tem a ver com a obrigatoriedade de terem equipamentos de lazer, dado que isso pode mexer com a rentabilidade do empreendimento, segundo alerta, acrescentando que, por outro lado, “falta definir qual o tipo de equipamentos, já que o articulado não o define. No que se refere aos quantitativos, chamados no POTRAA de “valores de referência para cada ilha”, aqui se englobando a localização e a dimensão dos empreendimentos, penso que o alojamento rural ou local, como lhe quisermos chamar, não deveria estar mencionado no documento. Todos sabemos que, pela sua especificidade e características, este é e sempre será, um alojamento de pequena dimensão”.

## Não se vislumbra política específica para turismo rural

Gilberto Vieira avisa que o Turismo em Espaço Rural “é o setor que se enquadra em pleno com um destino de Turismo de Natureza e as ques-

tões ambientais são cada vez mais debatidas não só pelos profissionais em turismo, como pelos turistas e a população em geral, que hoje em dia têm uma maior consciência e preocupação com o meio em que vivem, por forma a preservá-lo para si e para as gerações futuras”, para adiantar que, com isto, “a responsabilidade para com o meio envolvente é algo que se tem acentuado ao longo destes últimos anos e que, associado a um estilo de vida stressante, e muito ligado à vida urbana, levou a aumentos turísticos para os espaços rurais, não só a nível mundial, como também a nível nacional e regional”.

## Turismo em espaço Rural é um produto completo

E explica: “O Turismo em Espaço Rural é um produto completo e diversificado, distinguindo-se dos outros pelo seu carácter ligado à natureza, aos valores, àquilo que é genuíno e autêntico, trazendo turistas ao meio ambiente de forma não prejudicial, fazendo-os desfrutar de uma estadia agradável longe da rotina e do stress do quotidiano. Por ser considerada uma modalidade de turismo muito diversificada e fragmentada, onde existem dezenas de pequenas unidades por todas as ilhas dos Açores, existem questões relevantes para as diferentes ilhas: enquanto que uma ilha pode definir como turismo em espaço rural todo o espaço da

casa e da natureza envolvente, outra pode considerar as atividades económicas localizadas fora das áreas urbanas. Na proposta em questão não se vislumbra avanços significativos para o Turismo em Espaço Rural, bem como uma aposta clara nesta tipologia de alojamento, e de modo transversal, julgamos ser premente a definição clara de uma política específica para o Turismo em Espaço Rural nos Açores. Mas termino como comecei: este é um documento estruturante para a atividade turística e num futuro próximo as Casas Açorianas terão algo mais técnico a dizer sobre o POTRAA”.

## Contra a taxa turística

Gilberto Vieira não concorda com a proposta da taxa turística nesta altura de recuperação do sector.

“Defendemos que não, por encarecer o produto, entre outras razões práticas. Não faz sentido, até porque a taxa existia nalguns sítios que a retiraram temporariamente, para se recuperar mais rapidamente. Aplicarmos uma taxa agora era andarmos em contramão num mercado concorrencial. Teremos tempo para reavaliar esse processo. A haver uma taxa deveria ser em todas as ilhas, porque senão verificar-se-á desigualdade. É outra questão a analisar, em devido tempo. Mas aproveito para lembrar que, seja qual for a opção, vai sobrecarregar o setor privado com mais uma tarefa não remunerada. A taxa, a existir, deveria ser cobrada à entrada dos turistas nos portos e nos aeroportos. A gestão dessa taxa deve ser feita com o sector público e privado, tendo como base o princípio que esse dinheiro deverá ser investido, essencialmente, na manutenção e sustentabilidade do produto singular que temos para oferecer. E na sua divulgação também, claro”.

## Mensagem para S. Jorge

O empresário termina com o pensamento em S. Jorge: “Aproveito este momento para manifestar a total solidariedade das Casas Açorianas para com a população de São Jorge e com os nossos associados naquela ilha, que vivem momentos de extrema preocupação, pelas razões que todos sabemos, a par da nossa disponibilidade para colaborar em tudo que possamos e seja solicitado”.